

Marques Gomes, P. (2021). A Imprensa na Revolução: Os novos jornais e as lutas políticas de 1975. Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 669 pp. ISBN 9789722729161

José Santana Pereira

(Iscte e CIES-Iscte)

Morada postal institucional: Iscte, Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa

ORCID: 0000-0002-1713-3710

(jose.santana.pereira@iscte-iul.pt)

José Santana Pereira: Doutorado em Ciências Políticas e Sociais pelo Instituto Universitário Europeu em Florença, é professor auxiliar no Iscte e investigador integrado no CIES-Iscte. A sua investigação centra-se nos efeitos dos média na opinião pública, no estudo comparativo dos sistemas de média, no comportamento eleitoral e nas atitudes políticas (nomeadamente as atitudes populistas). Nestes domínios, publicou vários artigos e capítulos de livros em língua portuguesa, inglesa e francesa. É um dos investigadores responsáveis pelos projetos «Media Systems in Europe» e «Mecanismos e Impactos da Abstenção Eleitoral», bem como membro da equipa responsável pelas Sondagens ICS-ISCTE.

Submissão: 15/05/2022

Aceitação: 16/05/2022

Uma pedrada no charco de uma imprensa pouco independente e plural: o surgimento de quatro jornais privados em 1975

São vários os estudos sobre processos de democratização ao longo do século XX que têm dado particular atenção aos média, considerados agentes importantes quer pelo seu impacto na opinião pública, quer devido ao seu papel enquanto veículos de comunicação entre as diferentes elites que protagonizam a transição de regime. Nestes trabalhos, os média são frequentemente elevados a partir do seu tradicional papel de meras fontes de informação sobre os eventos da época, transformando-se nos protagonistas da investigação. Esta análise dos média em contextos de democratização resultou em obras de grande valia para historiadores, comunicólogos e politólogos, tais como a monografia *Entangled evolutions: Media and democratization in Eastern Europe*, de Peter Gross (2002), ou as compilações de textos académicos *Democratization and the media*, de Vicky Randell (1998), *Mass media and political communication in new democracies*, de Katrin Voltmer, e *Democracy and the media: A comparative perspective*, de Richard Gunther e Anthony Mughan (2000). Em Portugal, esta linha de investigação tem sido enriquecida através da publicação de livros como *A Revolução nos Media*, de Maria Inácia Rezola e Pedro Marques Gomes (2014), ou artigos como «Emissora Nacional (1974-1975): uma estação do povo, ao serviço do povo», também assinado por Rezola (2017).

Situa-se no âmbito deste campo de investigação o volume *A Imprensa na Revolução: Os novos jornais e as lutas políticas de 1975*, que se deu à estampa em junho de 2021 e que aqui analiso. Este livro, da autoria de Pedro Marques Gomes, resulta da sua tese de doutoramento em História Contemporânea, defendida com brilhantismo em 2019 e justamente galardoada com o prestigioso Prémio Fundação Mário Soares no mesmo ano. Nesta obra, o autor analisa o surgimento de quatro jornais que desejaram dar uma pedrada no charco de um setor que, na visão dos seus fundadores, estava longe de ser independente ou pluralista em 1975: o *Jornal Novo*, *O Jornal*, *o Tempo* e *A Luta*. Através de uma análise mirada ao mapeamento da conjuntura política e mediática em que estes jornais surgiram, das inovações que trouxeram e, acima de tudo, do modo como se envolveram nas lutas políticas do PREC, Pedro Marques Gomes contribui para um entendimento mais detalhado e, ao mesmo tempo, matizado do ressurgimento “dramático” (p. 103) de um jornalismo politizado em Portugal depois de 25 de abril de 1974, retratado genericamente por Daniel Hallin e Paolo Mancini no influente *Comparing media systems: Three models*

of media and politics (2004). Em concreto, o historiador aborda o desejo por parte destes jornais de contribuir para um alargamento das perspetivas políticas presentes na imprensa portuguesa da época, levando a um maior pluralismo externo no sistema mediático nacional, marca típica das democracias do sul da Europa e dos seus sistemas de média pluralistas polarizados (Hallin & Mancini, 2004).

A metodologia adotada é rica e diversificada, conjugando a análise da estrutura e do conteúdo dos jornais protagonistas desta investigação com a consulta de vários arquivos (entre os quais o do Pendão, infelizmente conservado em condições aquém das desejáveis), o recurso a bibliografia variada como fonte secundária, a consulta de outros títulos de imprensa e entrevistas a jornalistas que vivenciaram esta fase do sistema mediático nacional, os importantes e definidores anos de 1974 e 1975.

O livro está organizado em duas grandes partes. A primeira constituiu um retrato riquíssimo da conjuntura da imprensa no PREC e aponta para vários padrões de interesse tanto para os estudiosos deste período histórico como para quem investiga o desenvolvimento e a evolução dos sistemas mediáticos. Neste período, a imprensa foi naturalmente vista como uma ferramenta importante do combate pelo poder, ao ponto de ter sido instituído, nos vários governos provisórios do pós-25 de Abril, um Ministério da Comunicação Social. Em concomitância com o fim da censura (designada à época por «exame prévio») e dos jornais ditos do regime (*Época* e *Novidades*), observou-se ao longo deste período uma série de conflitos notáveis no seio de várias redações, com a luta pelo seu controlo passando, por exemplo, por saneamentos de elementos conotados com o anterior regime, ou pelo menos não suficientemente alinhados com a esquerda revolucionária. Este é um fenómeno generalizado, que vai poupar, entre os grandes títulos da altura, apenas o *Expresso*, raro caso em que a direção sobrevive à mudança de regime. Esta interessante e elucidativa “dança das cadeiras” (p. 93), contada em detalhe pelo autor, cedo resvalará para “saneamentos selvagens” (p. 102), politicamente motivados e à margem da regulação destes processos de depuração.

No pós-11 de Março de 1975, a maioria dos títulos de imprensa passa para o controlo estatal. No quadro de uma imprensa quase completamente nacionalizada, o controlo e/ou a influência política da esquerda revolucionária, e em concreto do PCP, saem reforçados. O sector da imprensa assume um carácter monolítico – politicamente alinhado com o mesmo projeto político – e propagandístico, desempenhando um papel de agitação e mobilização em detrimento do papel informativo: “longe de ser neutro, estando, pelo

contrário, empenhado no curso dos acontecimentos” (p. 626). A distinção entre informação e opinião não é clara nos textos jornalísticos, e são frequentemente publicados comunicados dos órgãos de poder sem qualquer enquadramento. São admitidos novos jornalistas, frequentemente mais escolarizados que os colegas das gerações anteriores, mas os critérios partidários são determinantes nesta renovação das redações: “o jornalista que ingressa, neste período, nas redações de jornais fá-lo essencialmente por via da «militância política»” (p. 629).

Na segunda parte desta obra, mais extensa, apresentam-se então os quatro protagonistas da investigação de Pedro Marques Gomes: os novos jornais privados que se deram à estampa pela primeira vez no ano de 1975, e que desejavam estabelecer uma rutura com o modelo jornalístico dominante no país à época, estatizado e gonçalvista, empenhado no projeto revolucionário. Estes jornais pretendiam constituir uma alternativa de qualidade, contribuindo, com a sua atividade, para um panorama mediático politicamente mais plural. Fortemente influenciados pela imprensa de qualidade inglesa e francesa, apostaram no jornalismo de investigação, mas também num painel de colunistas de opinião prestigiados e polémicos (veja-se o exemplo de Vera Lagoa, no *Tempo*) e no recurso ao humor para enquadrar a atualidade do país. Acabaram por constituir, *grosso modo*, uma imprensa de elite, consumida por pessoas de classe social mais elevada.

É interessante verificar que a afirmação de independência destes quatro títulos é, nos seus primeiros editoriais ou textos de apresentação, acompanhada pelo sublinhar da sua vocação socialista (*Jornal Novo*), pelo desejo de apoiar partidos considerados progressistas e a proposta socialista do MFA (*O Jornal*), pelo argumento de que ser independente não significava ser apolítico ou indiferente (*Tempo*), ou pela expressão do propósito de contribuir para a construção de uma sociedade livre e socialista (*A Luta*). Para estes jornais, a independência significava, mais do que uma absoluta neutralidade e afastamento face a todo e qualquer projeto político, a adoção de uma posição crítica face ao poder, posição essa que não conseguiam descortinar nos seus concorrentes. De facto, ainda que com algumas variações em termos de intensidade e estilo, os quatro títulos analisados por Pedro Marques Gomes foram críticos do gonçalvismo e defensores de “um rumo político para o país que estava em consonância com o que era sustentado pelas forças vitoriosas das eleições de abril de 1975 (e, portanto, pela maioria dos cidadãos eleitores), que era claramente a via da legitimidade democrática” (p. 557).

Ao contrário do *Jornal Novo*, de *O Jornal* e de *A Luta*, conotáveis com uma esquerda democrática e até mesmo mais diretamente com o PS (caso deste último título), o *Tempo* pode ser descrito como de direita moderada, o que lhe valeu, ao longo do ano de 1975, várias ameaças de bomba e até um assalto à sua sede. Experimentou ainda dificuldades em conseguir entrevistas junto de inúmeras figuras políticas e militares da época, como Álvaro Cunhal, Vasco Gonçalves ou Otelo Saraiva de Carvalho, sendo mais fácil o seu acesso a líderes partidários como Mário Soares, Francisco Sá Carneiro ou Diogo Freitas do Amaral. Vasco Gonçalves chegou a referir-se ao *Tempo* como um “pasquim” (p. 472) – seguramente como reação ao enquadramento fortemente crítico da sua ação política por parte deste jornal.

Nenhum destes jornais chegou aos dias de hoje. O *Jornal Novo* e *A Luta* desapareceram em 1979; o *Tempo* e *O Jornal* sobreviveram-lhes cerca de uma década. Os contornos da sua adaptação ao contexto pós-revolucionário aberto pelos eventos de 25 de novembro de 1975 constituem, nas palavras de Pedro Marques Gomes, uma história por fazer. Uma história que o humilde colega que assina este texto espera poder ler, saída das mãos e marcada pelo brilhantismo do autor deste *A Imprensa na Revolução*, num futuro muito próximo.

Referências

Gross, P. (2002). *Entangled evolutions: Media and democratization in Eastern Europe*. Woodrow Wilson Center Press.

Gunther, R. & Mughan, A. (Eds.). (2000). *Democracy and the media: a comparative perspective*. Cambridge University Press.

Hallin, D. C. & Mancini, P. (2004). *Comparing media systems: Three models of media and politics*. Cambridge University Press.

Randall, V. (Ed.). (1998). *Democratization and the media*. Taylor & Francis.

Rezola, M. I. (2017). Emissora Nacional (1974-1975): uma estação do povo, ao serviço do povo. *Revista Portuguesa de História da Comunicação*, 0, 121-138.

Rezola, M. I. & Gomes, P. M. (2014). *A revolução nos media*. Tinta-da-China.

Voltmer, K. (Ed.). (2004). *Mass media and political communication in new democracies*. Routledge.